



Sindicato dos Oficiais de Justiça

## COMUNICADO

O SOJ reuniu no dia 09 de Março com a DGAJ. Estavam em representação da DGAJ o Sr. Director-Geral Dr. José Rodrigues da Cunha e os Senhores Subdirectores-Gerais Eng. Fernando de Almeida Marques e Dra. Maria Teresa Moraes Sarmento.

Na reunião foi proposto e discutido, entre outros, os seguintes pontos:

### **.1) Recursos Humanos;**

Entendemos, e disso demos nota à DGAJ, que num momento particularmente difícil como este que o país atravessa, é ainda mais premente uma melhor racionalização e optimização dos recursos humanos.

A posição deste Sindicato é conhecida publicamente em relação a muitas matérias afectas a este sector. **Mantemos na íntegra as nossas reivindicações públicas.**

Expusemos ainda a necessidade de serem tomadas medidas para **combater a opacidade e fomentar a transparência**. Entendemos que **devem ser publicitados** todos os lugares colocados a concurso. É importante que o Ministério da Justiça assuma as boas práticas dentro de casa.

Expressámos ainda a nossa preocupação pela falta de Oficiais de Justiça. Muito se tem falado no ingresso de 200 novos funcionários mas esse número não nos merece qualquer consideração. Na verdade, mesmo que entrem estes 200, não atingimos sequer o número de 300, anunciado no primeiro concurso. O Governo, neste e noutros aspectos, não pode continuar com a mesma política “malabarista” de outros tempos, a qual já foi condenada pelos portugueses no último acto eleitoral.

Mas outra questão que nos preocupa, é que, há um número considerável de profissionais altamente especializados (Oficiais de Justiça), ocupados em funções sem qualquer complexidade como: transporte de expediente, feitura de correio, arrumação de arquivos ou até a carimbar papéis. Há que optimizar os recursos humanos.

Sobre estas matérias fomos informados que as propostas feitas vão ser analisadas e que, nomeadamente em relação a esta última, poderão ser colocados funcionários administrativos em alguns tribunais, permitindo a “libertação” dos Oficiais de Justiça para tarefas de maior especialização.

Ficou ainda expresso o compromisso, por parte do Senhor Director Geral, de que estagiários oriundos do “Programa Estágios Profissionais na Administração Pública” e que vão ingressar nos tribunais, não irão desempenhar funções da competência dos Oficiais de Justiça. Este é um compromisso que nos satisfaz porque a prestação do serviço público, em Órgão de Soberania, não se compadece com “boas vontades”, antes exige especialização e responsabilidade.

### **.2) Formação/Cursos Para Promoção;**

Em relação à questão da formação contínua e tal como já referimos ao Senhor Secretário de Estado da Modernização da Justiça, em reunião realizada em Dezembro do ano transacto, entende este Sindicato que temos de encontrar um novo modelo para a formação. É necessário um investimento na formação à distância, preferencialmente **e-learning que complemente** a formação presencial.

A nossa proposta é conhecida do Ministério e está a ser avaliada, até porque envolve mecanismos rigorosos de avaliação.

Em relação aos Cursos, entendemos que é importante estabelecer-los como a **única via promocional** para todas as categorias.



Sindicato dos Oficiais de Justiça

No que diz respeito ao último curso para Técnicos de Justiça Principal e Escrivão de Direito, e uma vez que pouco faltará para que a sua validade caduque, a nossa posição é, de que deverá ser prorrogada a sua validade por um prazo nunca inferior a 2 anos. Aliás nem se entende porque têm os Cursos para promoção, validade.

Sobre o Curso para Secretários de Justiça e pese embora a posição da DGAJ, entendemos que, não estando ainda calendarizado o processo negocial para revisão estatutária e, tendo já o Governo reconhecido que o Mapa Judiciário não vai avançar, entendemos estarem criadas as condições para realizar um curso que vai reforçar a legitimidade e aumentar a motivação de muitos Secretários de Justiça que estão interinos.

### **.3) Os Estacionamentos na Expo;**

Em relação a esta questão que continua na nossa agenda, fomos informados de que a DGAJ está a desenvolver esforços no sentido de rever todos os contratos e que em breve poderemos ver aumentada a capacidade do estacionamento para os Oficiais de Justiça.

LISBOA, 2010-04-06  
A Direcção